

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A VISÃO DA IMPRENSA EM RELAÇÃO A LUTA ARMADA:
DIÁRIO DE NATAL, 1969**

ELISÂNGELA BEZERRA DAS NEVES

NATAL/ 1999

ELISÂNGELA BEZERRA DAS NEVES

**A VISÃO DA IMPRENSA EM RELAÇÃO A LUTA ARMADA:
DIÁRIO DE NATAL, 1969**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da professora Denise Mattos Monteiro e co-orientação de Homero Costa, com fins de obtenção do título de Bacharel Licenciado.

NATAL/1999

“... Para fazer História, virem resolutamente as costas ao passado e, antes de mais nada, vivam. Envolvam-se na vida. Na vida intelectual, sem dúvida em toda a sua variedade (...) mas viva também, uma vida prática. Não se contentem com o presenciar da costa, preguiçosamente, o que se passa no mar em fúria”.

Lucien Febvre

Aos meus pais, Nilton e Teônia, aos meus irmãos, aos amigos Milena, Ana Verônica Frank e Gilvaneide, que muito me ajudaram nessa caminhada com amor carinho e amizade. E aos professores Denise Monteiro e Homero Costa, pela paciência e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que iluminou todos os meus passos nessa longa caminhada.

Aos meus irmãos, Naide, Sandra, Robson, Renato e Rogério.

As amigas, Rejane de Souza e Ana Paula de Souza Bitencurt (in memórias)

As amigas, Ana Verônica, Milena, Ângela, Jaqueline, Gernádia, Márcia, Gilvaneide, Marcyene, Sheila, Mabel, Ana Célia e Railda.

Aos Amigos Frank, Josenilson, Edilson, Jorge, Rogério, Wagner e Walmon.

Aos professores do curso de História, em especial a professora Fátima, Aurinete, Flávia, Marinho, Denise e Ferdinanda.

Ao Departamento de Pesquisa do Diário de Natal, em especial a Jaqueline e Cristiane.

Aos pais da minha amiga Milena, Ivan e Vera.

Aos meus vizinhos, em especial a Soledade e Renito.

Aos professores e funcionários da Escola Fundação Bradesco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1 – O REGIME MILITAR NO BRASIL – 1964 A 1969	07
1.1. O Governo de João Goulart e o Golpe Militar	07
1.2. Do golpe militar à posse de Emílio Garrastazu Médici	09
2 – A LUTA ARMADA	14
2.1. Da divisão do PCB às Dissidências Armadas	14
2.2. O autoritarismo do Ato Institucional nº 5 e a imersão na luta armada	18
3 – O PAPEL DA IMPRENSA NA VEÍCULAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE A LUTA ARMADA: DIÁRIO DE NATAL, 1969.	25
3.1. Introdução	25
3.2. O Diário de Natal	27
3.3. Um caso exemplar: a notícia sobre a morte de Carlos Marighella	30
CONCLUSÃO	34
BIBLIOGRAFIA E FONTES	35

INTRODUÇÃO

A "Nova História" busca dar um novos enfoque ^{diferente da historiografia tradicional} aos fatos que ocorreram no passado, trabalhando em várias linhas e seguindo novas pistas ^{nas investigações anteriores} para tentar preencher as lacunas deixadas por outros historiadores e também para explicar novos fatos. ^{Em virtude da falta de bibliografia existente sobre os diversos assuntos, os historiadores estão buscando as diversas fontes primárias, caso existam, no sentido de constatar sua veracidade, ou mesmo levantar novas hipóteses sobre determinados fatos ou épocas.}

^{Veiculadas} Este estudo diz respeito a questão da luta armada, e, em especial, visa analisar as publicações de notícias referentes às organizações de esquerda no Brasil, ^{no Brasil durante o regime militar (1964-85)} veiculadas na imprensa de Natal, mais especificamente o "Diário de Natal" no ano de 1969.

A escolha do ano de 1969 ^{foi deixado} foi devido os seguintes motivos:

- 1º Acirramento da luta armada no Brasil.
- 2º Ano em que ocorreu um fato de ^{respeito} ^{repercussão} mundial: o sequestro do embaixador dos Estados Unidos Sr. Burke Ellbrick.
- 3º Ano da morte de Carlos Marighella.¹

Neste estudo, fizemos um levantamento de todas as matérias ^{veiculadas} pelo jornal Diário de Natal em 1969 sobre a luta armada no Brasil.

Quanto à utilização bibliográfica sobre a luta armada que serviu de referencial teórico foram lidas várias obras. ^{Com destaque}, a obra de Jacob Gorender, ^{em particular} o livro *Combate nas Trevas*.² ^(Quais!, cit. em nota. as primeiras)

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro faz uma contextualização do panorama político-sócio-econômico brasileiro de 1964 a 1969. O segundo procura analisar o surgimento das organizações de esquerda que optaram pela luta armada, bem como o início do movimento armado, terminando com a morte de Carlos Marighella, em 04 de novembro de 1969. O último capítulo aborda a maneira como a imprensa local (Diário de Natal) ^{veiculava} as notícias sobre a luta armada no ano de 1969.

¹ Carlos Marighella, nasceu em Salvador em 05-12-1911, teve uma infância humilde e ainda adolescente desperta para as lutas sociais. Aos 18 anos torna-se militante do PCB, todo o resto de sua vida será dedicada a luta dos trabalhadores e do socialismo. Em 1964 foi preso e torturado. Solto, intensifica seu combate a ditadura militar organizando a ALN e luta de armas na mão contra a ditadura. É assassinado covardemente no dia 04-11-1969 por delíngues da ditadura, pelas mesmas balas que derrubaram outros combatentes da liberdade.

² Jacob GORENDE, *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

1 – REGIME MILITAR NO BRASIL – 1964 A 1969

1.1 – O Governo de João Goulart e o Golpe Militar

João Goulart foi eleito vice-presidente da República em 1960, vindo de uma chapa oponente ao do presidente Jânio Quadros. Após sete meses de governo, o presidente Jânio Quadros resolveu renunciar. Era 24 de agosto de 1961. “E na manhã seguinte, 25 de agosto de 1961, ~~essa~~ notícia foi transmitida a população brasileira”.³

No momento da renúncia de Jânio, o vice-presidente João Goulart se encontrava na China em missão oficial, procurando estudar as possibilidades de comércio e estabelecer relações diplomáticas. Sabendo que Jânio havia renunciado, Goulart regressou para o Brasil a fim de cumprir a constituição e ocupar o cargo de ~~presidente~~ da República. *Com a queda de Jânio, a constituição*

Nesse meio tempo, entre a renúncia de Jânio e o regresso de Goulart, alguns chefes militares tentaram uma conspiração interna visando impedir ~~que o mesmo~~ tomasse posse. Mas, tendo em vista a reação popular em prol do cumprimento da constituição e da posse de Goulart, o congresso resolveu se reunir em sessões permanentes buscando uma solução.

No dia 2 de setembro, contra a opinião de alguns deputados, a Constituição foi alterada instituindo-se o Parlamentarismo.

O vice-presidente João Goulart chegou a Brasília no dia 5 de setembro de 1961. E no dia 7 de setembro do mesmo ano, prestou juramento diante do Congresso, como presidente da República em regime Parlamentar.

Confiança { O regime parlamentar tornou-se um crédito de confiança limitado, que os setores moderados emprestaram ao presidente, com a intenção de ~~comprometer~~ todas as iniciativas presidenciais a permanentes negociações. Desde o primeiro momento, Jango percebeu que só seria possível implementar uma política ~~uma política~~ de reformas sociais se conseguisse superar o imobilismo que o parlamentarismo, na prática determinava.⁴ *porque? É uma questão, um juízo de valor que precisa de justificativa*

Ao mesmo tempo, ele pretendia recuperar os poderes presidenciais sem perder a confiança dos moderados e sem se afastar do apoio das bases democráticas e das organizações de esquerda que se mobilizaram na crise de agosto.

O regime parlamentarista no governo de Goulart produziu três gabinetes, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, chefiados respectivamente, por: Tancredo Neves (PSD), Francisco de Paula Brochado da Rocha (PSD) e Hermes Lima (PSB).

Do ponto de vista econômico, Goulart e seus gabinetes tiveram que enfrentar não só as distorções produzidas pela política desenvolvimentista do período JK, mas as consequências imediatas das providências econômico-financeiras postas em prática pela fracassada administração de Jânio Quadros. Os problemas sociais ligados ao crescimento da população urbana se multiplicavam e exigiam respostas nas áreas de saúde, habitação, educação, transporte e saneamento. No campo, a miséria dos trabalhadores rurais que ficaram de fora das políticas

³ Leôncio BASBAUM. História sincera da República. 1961 a 1967, p. 11.

⁴ Edgard Luiz de BARROS. O Brasil de 1945 a 1964, p. 59.

desenvolvimentistas anteriores ^{ansiam} ansejavam pela tão sonhada reforma agrária. No plano internacional, a política externa brasileira continuava com as características implementadas por Afonso Arinos, Ministro de Relações exteriores ~~de Goulart~~ e Jânio Quadros (a "Política Externa Independente"). Todavia as relações diplomáticas com os Estados Unidos exigiam extrema cautela e habilidade, sobretudo em função das crises de 1961 e 1962 envolvendo Cuba.⁵

Enquanto se conduzia uma discreta batalha no interior do governo para a recuperação dos poderes presidenciais, Jango começou a defender perante suas bases populares um amplo programa de reformas. Discursando no dia 01 de maio de 1962, em Volta Redonda (RJ), Goulart anunciou as famosas Reformas de Base: Agrária, Tributária, Eleitoral e Universitária. Radicalmente defendidas por todos os setores democráticos organizados da sociedade, pois nunca ~~passaram~~ ^{passaram} de simples slogans políticos. Estas Reformas visavam, basicamente, enfrentar alguns dos grandes impasses do processo capitalista no Brasil, modernizando relações reacionárias e ampliando a participação popular na vida nacional. Entretanto, em função da radicalização e polarização existentes no período, o projeto reformista de Goulart sofreu um combate feroz dos grupos conservadores e foi violentamente criticado no Congresso Nacional.

Mesmo com o crescimento incessante das organizações populares e da mobilização das massas camponesas no Nordeste, o ano de 1962 ainda foi de relativo sucesso para a idéia de "União Nacional" pregada por Goulart. Sua maior vitória foi alcançada no dia 06 de janeiro de 1963, quando um enorme plebiscito decidiu pelo retorno ao regime Presidencialista.

A partir de 1963, as crises aumentaram. Diante das duas mais importantes tendências do comportamento da economia brasileira no início dos anos 60, a inflação aumentava e o crescimento econômico diminuía. Devido a esse descompasso, foi organizado um super planejamento estatal, denominado "Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico Social": 1963-1965. Este plano foi concebido pela equipe do economista Celso Furtado, com a colaboração de San Thiago Dantas (Ministro da Fazenda), o Plano Trienal visava oferecer aos investidores e credores internacionais segurança sobre as políticas internas e externas a serem cumpridas, e compatibilizar a luta contra a inflação com o desenvolvimento econômico do país. Para os economistas governamentais a credibilidade estava embutida na "solidez técnica" do projeto, mas a realidade brasileira tratou de pulverizar aquelas propostas.⁶

*"Era impossível, dada a radicalização das lutas políticas compatibilizar os aspectos contencionistas do setor público e de apelo ao 'aperto dos cintos' e 'colaboração patriótica' dos assalariados e trabalhadores em geral, com a imensa expectativa que a campanha pelas Reformas de Base alcançava".*⁷

Consumindo-se em sucessivas crises políticas. ^(a continuidade da fase?) Por outro lado, o Congresso apresentou em 1963 um dos seus períodos de maior improdutividade legislativa. Além de composições suprapartidárias polarizadas, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), duas facções, que reuniam Parlamentares pró e antigovernista, ~~a que~~ não chegavam a nenhum acordo. O legislativo se perdia em intrigas regionais que convergiam para

⁵ Edgard Luiz de BARROS. O Brasil de 1945 a 1964, p. 60

⁶ Id., Ibid., p. 61

⁷ Idem, ibidem.

Brasília e acabavam com as sessões.

Visando garantir a aprovação das Reformas e fortalecer politicamente o governo diante das ameaças golpistas dos conservadores, Goulart determinou a realização de um grande comércio popular. Organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores e pela assessoria sindical de Goulart, o “Comício das Reformas” ocorreu no dia 13 de março, na central do Brasil, no antigo Estado da Guanabara.

Esse comício teve grande repercussão, tanto dentro quanto fora do país. Mas o que para as esquerdas parecia ser a emergência de um governo não apenas nacionalista, mas democrático e popular, acabou sendo o marco inicial de uma grande tragédia. Após o comício do dia 13, setores das classes médias, grandes proprietários e políticos direitistas, sob a bandeira do anticomunismo, da fé religiosa e da moral, saíram às ruas em diversas capitais a fim de pedir o impeachment do Governo Federal. Em São Paulo foi realizada a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, reunindo milhares de pessoas, no dia 19 de março. Foram dias de intensa mobilização conservadora que abertamente incentivavam a rebelião contra o governo.

Através de amplas articulações e de forte influência ideológica, ^{de quem?} as Forças Armadas se preparavam para a derrubada de Goulart.

Na última semana de março o golpe estava totalmente definido. Com a finalidade de quebrar a disciplina e motivar a oficialidade, foram armados três incidentes militares: uma revolta de sargentos, uma revolta de marinheiros e uma manifestação de sargentos no Rio em favor de Goulart, que a hierarquia militar considerou atentado à disciplina.

No dia 31 de março de 1964, explodiu a rebelião das Forças Armadas contra o governo João Goulart. O movimento militar teve início em Minas Gerais, com a mobilização das tropas comandadas pelo General Olímpio Mourão Filho, apoiado pelo governador mineiro Magalhães Pinto. Rapidamente, o movimento golpista contou com a adesão de outras unidades militares de São Paulo, Rio Grande do Sul e o antigo estado da Guanabara.

Sem condições de resistir ao golpe de força, o presidente João Goulart deixou Brasília em 1 de abril de 1964. Jango passou pelo Rio Grande do Sul e, em seguida, foi para o Uruguai como exilado político.

1.2 – DO GOLPE MILITAR À POSSE DE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI

Na madrugada do dia 02 de abril, o Congresso Nacional se reúne e aprova a declaração de ~~vacância~~ ^{vacância} da Presidência da República e uma junta militar, composta pelos ministros general Artur da Costa e Silva (Exército), tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia e Melo (Aeronáutica) e o vice – almirante Augusto Rademaker Grunewald (Marinha) assumiram o controle da nação. O Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, foi empossado provisoriamente como ~~o~~ Presidente da República. Em 11 de abril, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco elegeu-se para o cargo de Presidente da República, ficando o civil José Maria Alkimin como vice-presidente, ^(teve 361 votos que representavam mais de dois terços do Congresso Nacional.)

Começando a governar em 1964, o presidente Castelo Branco pregava o respeito à Constituição de 1946, a defesa da democracia, a realização do bem-estar geral, a execução de

reformas e a crença na autodeterminação dos povos. O pensamento presidencial do Marechal repousava igualmente na sua confiança no desenvolvimento.⁸

Segundo o Presidente da República, o processo de redemocratização, iniciado em 31 de março de 1964, já proporcionava liberdade de imprensa, liberdade sindical, funcionamento normal do poder Judiciário e do poder Legislativo. Para ele, o futuro dos brasileiros consistia em esperanças de dias melhores.⁹

Quanto à política externa, o Presidente da República se baseou nos “objetivos nacionais”, buscando dar força ao “poder nacional” e aos meios necessários para “alcançar o pleno desenvolvimento econômico e social”. Enquanto o presidente Castelo Branco aceitava a harmonia internacional, ~~de outro lado~~, ^{A mesma época} defendia o alinhamento com as denominadas “nações democráticas e livres”. Aliado a elas, o Brasil assumiu compromisso com a democracia devendo resguardar e estimular “as históricas alianças” que nos ligam às nações livres das Américas.¹⁰

Com relação à democracia, o General Castelo Branco se limitou apenas a palavras. Entre 1965 e 1966, baixou três Atos Institucionais, 36 Atos Complementares, 312 decretos-lei, 19.259 Decretos, além de onze propostas de emendas constitucionais enviadas ao Congresso Nacional, e um total de 3.747 atos punitivos. Além da criação desses atos e decretos, a Escola Superior de Guerra, em nome da Doutrina de Segurança Nacional, buscou uma progressiva militarização de todos os níveis da sociedade. Os tecnoburocratas civis e os militares de alta patente passaram a estudar a inflação, a reforma agrária, a reforma bancária, os sistemas partidários, o transporte, a educação e demais matérias do gênero. No meio desses estudos, ocorriam algumas análises relativas à guerra de guerrilhas e à guerra convencional.

E nesse contexto, foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), em junho de 1964, logo no início do governo de Castelo Branco. Este serviço se liga diretamente ao Conselho de Segurança Nacional e ao Presidente da República. Sua finalidade consistia em “coletar e analisar informações referentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”.¹⁰

Com relação ao capital estrangeiro, o presidente Castelo Branco revogou a Lei nº 4.390, de agosto de 1964, que abria o mercado brasileiro às nações amigas. Essa lei não fixava limites à porcentagem de capital registrado que poderia ser enviado ao exterior como lucro. Apenas no caso de capitais investimentos na produção de bens e serviços fixava-se um limite de 8% à remessa de lucros.¹¹

Segundo a orientação governamental, os lucros reaplicados eram entendidos legalmente como capital original. Como a economia, nos primeiros tempos do governo de Castelo Branco, se encontrava internacionalizada pelo capital estrangeiro, exigiu várias alterações no campo trabalhista.

Quanto às mudanças trabalhistas, entrou em vigor a Lei de Greve (Lei nº 4.330), de junho de 1964. De acordo com esta lei, estavam proibidos as greves “de natureza política, social ou religiosa” bem como as greves de serviço “essenciais” e as de solidariedade.

O arrocho salarial estava retratado na Circular nº 10 do Ministério da Fazenda, que fazia referência à proporção dos aumentos salariais. O Decreto-Lei nº 54.018, de julho de 1964 veio a atingir todos os funcionários públicos federais, estaduais e municipais, estendendo suas

⁸ Evaldo VIEIRA. A República Brasileira: 1964 – 1984, p. 15.

⁹ Id., Ibid; p. 16

¹⁰ Id., Ibid; p. 18

¹¹ Id., Ibid., p. 19

normas as empresas controladas pelo governo. A Lei nº 4.725, de julho de 1965, levou o arrocho salarial ao setor privado. Em 1966, o controle dos salários tornou-se ainda mais rígido. Os decretos-lei nº 15 e nº 17, de 1966, estabeleceram que os índices de reajustes salariais seriam decretados pelo poder Executivo. Desse modo, as negociações entre patrões e empregados reduziram-se, principalmente, a discussões em torno de férias, transportes, condições de trabalho e elevação das taxas de produtividade.¹²

As transformações trabalhistas promovidas pelo presidente Castelo Branco, acabaram eliminando ~~em~~ as normas de estabilidade no emprego, sendo esta substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966. Essa medida contribuiu para o aumento rotativo da mão-de-obra e permitiu que os patrões contratassem empregados por salários sempre mais baixos.

Com relação as medidas econômicas tomadas nos primeiros meses de governo de Castelo Branco, se destacava a necessidade de controlar a crise econômica e financeira do país.

↳ O Programa de Ação Econômica do governo Castelo Branco (1964 - 1966) PAEG, orientava-se no sentido de alcançar a estabilização, o desenvolvimento e a reforma democrática. Este Programa de Ação Econômica (PAEG) buscava a ampliação do apoio social à administração de Castelo Branco e propunha até mesmo o diálogo com "todas as camadas populares".¹³ Se analisarmos a fundo esse programa, veremos que foi pura demagogia, pois, ao invés de dialogar com as camadas populares sobre a crise econômica ele resolveu arrochar salários e extinguir a estabilidade no emprego.

A repressão e a desmobilização, voltadas para o trabalhador brasileiro e para a empresa nacional, encontram sua outra face no Ato Institucional nº 2.

O Ato Institucional nº 2 continha providências de natureza mais variada: avançava no controle do Congresso Nacional, carreando mais ^{centralizar} poder para o poder Executivo; alterava o funcionamento do poder Judiciário; promovia modificações na representação política, extinguindo todos os partidos do País. Os novos partidos, ARENA e MDB, tiveram de seguir as condições rígidas do estatuto especialmente dedicado a eles.¹⁴

Um ^{quadro} ~~quadro~~ dos efeitos da doutrina da segurança nacional, elaborado pelo governo Castelo Branco, pode ser visto ^{através} ~~através~~ do número de demissões no funcionamento civil e militar do governo federal entre 1964 e 1967.¹⁵

O Ato Institucional nº 2, em meio ^{de} ~~de~~ providências, permitiu que o presidente Castelo Branco continuasse a punir qualquer contestação ao poder político. Por este ato, o governo castelista estendeu as ^{caçações} ~~caçações~~ de mandatos e as ^{suspensões} ~~suspensões~~ de direitos políticos até o dia 15 de março de 1967.¹⁶

Durante os primeiros meses do ano de 1967, o colégio eleitoral voltou a se reunir e indicou o Marechal Artur da Costa e Silva para a Presidência da República. No dia 15 de março de 1967, Castelo Branco transferiu o poder presidencial a Costa e Silva.

No início do governo do presidente Costa e Silva vigoravam a Constituição de 1967 e os partidos políticos, ARENA e MDB. A Constituição de 1967 incorporava grande parte das deliberações contidas em Atos Institucionais e Complementares. ^{funcionaram} ~~funcionaram~~ ^{equilibrado} ~~equilibrado~~

¹² Evaldo VIEIRA. A República Brasileira: 1964 - 1984, p. 19.

¹³ Id., Ibid; p. 20

¹⁴ Id., Ibid; p. 21

¹⁵ Idem, Ibidem

¹⁶ Id., Ibid.. p. 22

Quanto ao programa de governo, Costa e Silva dissertava sobre o funcionamento da constituição de 1967, sobre a importância da democracia, sobre a continuação do desenvolvimento, mostrando ainda aos trabalhadores suas novas conquistas. Na visão do Presidente da República, seu governo se apoiava na compreensão da opinião pública, no estímulo oferecido pelas Forças Armadas. Por isso ele fazia promessas exorbitantes a fim de ganhar o apoio das camadas populares.

No segundo semestre de 1967, alguns setores da sociedade civil começaram a criticar o governo de Costa e Silva. A sociedade brasileira, principalmente os setores populares, carregava o peso do arrocho salarial e da falta de liberdades, garantidas por uma legislação ilegítima e pela repressão policial.¹⁷ Os grupos de oposição foram se unindo precariamente, atuando em grandes manifestações e passeatas de protesto nos anos de 1967 e 1968. O movimento estudantil, a ação dos trabalhadores e a Frente Ampla irromperam em diversos lugares do país.

A luta sindical tomou corpo com a chamada "oposição sindical". Em 1967, militantes dessa oposição começaram a caminhada para recuperar os cargos eletivos dos sindicatos, então ocupados por interventores do governo. A oposição sindical avivou as campanhas eleitorais buscando transformar as fechadas estruturas corporativas dos sindicatos. Pelas eleições, sindicalistas de oposição queriam dar mais representatividade aos trabalhadores, no interior dos sindicatos.¹⁸

Diante desse período de conturbação eclodiram greves e passeatas como forma de protesto contra o governo Costa e Silva e a ditadura militar. É justamente nesse momento que nasce o Ato Institucional nº 5 que se encontrava em gestação. O Ato Institucional nº 5 foi assinado pelo presidente Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. O Ato Institucional nº 5 não marcava prazo para sua vigência, concedendo ao Presidente da República inúmeros poderes:

"a) fechar o Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais; b) cassar mandatos de parlamentares; c) suspender por dez anos os direitos políticos de uma pessoa; d) demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários federais, estaduais e municipais; e) demitir ou remover juizes; f) suspensão das garantias do poder judiciário; g) decretar estado de sítio sem qualquer impedimento; h) confiscar bens como punição por corrupção; i) suspensão dos habeas-corpus em crime contra a Segurança Nacional; j) julgamentos de crimes políticos por tribunais militares; k) legislar por decreto e expedir outros atos institucionais ou complementares; l) proibição de exame, pelo poder judiciário, de recursos impetrados por pessoas acusadas por meio do Ato Institucional nº 5".¹⁹

O Brasil construído pelo Ato Institucional nº 5 ficou com marcas indestrutíveis. Destas marcas, não se devem esquecer das prisões sem acusação formal e sem mandato, além dos graves abusos de poder das torturas praticadas em presos políticos e comuns. O Ato Institucional nº 5 aniquilou as duas principais instituições políticas que foram geradas pelo

¹⁷ Evaldo VIEIRA. A República Brasileira: 1964 – 1984, p. 24.

¹⁸ Id., Ibid; p. 25.

¹⁹ Diário de Natal, 14 dez. 1968, p. 01.

próprio movimento de 1964: os partidos (ARENA e MDB) e a constituição de 1967.

No plano econômico Costa e Silva pretendia combater a inflação, proteger a empresa privada (especialmente a nacional), dar força as indústrias de base e estimular a criação de empregos.

As denominadas Diretrizes e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) desejavam fortalecer a empresa particular de capital nacional, sem afastar as firmas estrangeiras, desejava manter relativa estabilidade de preços, desejavam avançar com o desenvolvimento social, valorizando a educação e criando novas oportunidades de emprego. Os desejos eram muitos, e havia outros mais: distribuir renda, aumentar o mercado interno, amparar a tecnologia nacional, aceitar o capital internacional e convocar todas as lideranças brasileiras.²⁰

Em realidade esses planos ambiciosos ficaram apenas no papel, pois os salários dos trabalhadores estavam cada dia mais defasados e as empresas nacionais se encontravam em processo de falência.

No final de agosto de 1969, vítima de uma crise circulatória com manifestação neurológica, o presidente Costa e Silva foi afastado de suas funções por motivo de doença.

Em consequência do estado de saúde do Marechal Costa e Silva, assumiu as funções do presidente a Junta Militar, formada por três ministros militares: Aurélio de Lyra Tavares do Exército, Augusto Rademaker da Marinha e o Marechal-de-Ar, Márcio de Souza e Melo, da Aeronáutica, depois de terem impedidos a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, *civil*.

O governo provisório divulgou nota oficial à nação, transmitida pela Agência Nacional e editou o Ato Institucional n° 12, assegurando a volta de Costa e Silva tão logo ele se restabelecesse. A nota afirmava que:

"Sendo os ministros militares responsáveis pela Segurança Nacional e considerando a situação em que o país atravessa, por força do AI-5, a responsabilidade da autoridade suprema das Forças Armadas conforme previsão constitucional, passam a ser exercidas por seus ministros militares. Acentua que os objetivos da revolução permanecerão o AI-12 prever que os poderes estaduais e municipais continuam no exercício de suas funções. Excluem-se da apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com o AI-12".²¹

Verificando a impossibilidade do retorno de Costa e Silva as suas funções presidenciais, o Congresso Nacional abriu suas portas para eleger o candidato indicado pelas Forças Armadas para a Presidência: General Emílio Garrastazu Médici. Depois de ter sido indicado como candidato único pelo Alto Comando do Exército, e de receber a sua confirmação pelo Alto Comando das Forças Armadas, Médici tomou posse no dia 30 de outubro de 1969 como Presidente da República.

²⁰ Evaldo VIEIRA. A República Brasileira: 1964 - 1984, p. 27.

²¹ Diário de Natal, 01 set. 1969, p. 01

2 - A LUTA ARMADA

2.1 - Da Divisão do PCB às Dissidências Armadas

A primeira divisão mais expressiva que ocorreu nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ocorreu em 1962 e resultou em duas forças partidárias com linhas claramente diferenciadas, o PCB e o PC do B.

nota de referência bibliográfica sobre o assunto

A maioria do PCB alinhou-se com as idéias de Khrushchev, passando a defender o caminho pacífico para alcançar o socialismo. Mas um grupo de dirigentes importantes, tendo à frente João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois e Diógenes Arruda Câmara formaram um núcleo discordante da nova orientação, até formar um partido dissidente denominado PC do B. Este sustentava a necessidade da luta armada para se chegar ao poder e implantar o socialismo.

A partir de 1966, o PCB sofreu uma nova luta interna que resultou no surgimento de inúmeros grupos dissidentes. As divergências políticas se deram em torno do balanço sobre os "erros e causas da derrota de 1964" e a respeito da questão da luta armada, estendendo-se com a morte de Ernesto Che Guevara, na Bolívia, em outubro de 1967.²²

Conforme a ideologia tradicional do PCB, o bloco que se reuniu em torno de Luis Carlos Prestes rejeitou a luta armada e adotou uma tática de recuo político para sobreviver. A tática foi a de editar um jornal, chamado de "Voz Operária" e se aliar ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) para uma atuação parlamentar legal. Dessa maneira, o PCB ficava relativamente resguardado, no caso de repressão contra as organizações guerrilheiras que foram formadas em decorrência dos canais de oposição a sua ideologia.

A luta interna que abalou o PCB após 1964, gerou inúmeras organizações que se estruturaram em todo o País, rompendo com o bloco tradicional que tinha em Prestes a principal liderança.

Igual às organizações dissidentes foi o projeto de passar, logo após a primeira onda repressiva que se seguiu a abril de 1964, à preparação da luta armada guerrilheira que já crescia em toda a América Latina, sob inspiração guevarista.

No final de 1966, Carlos Marighella se desligou da Comissão Executiva do PCB e viajou em 1967, para Havana, onde participou da assembleia da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), e tentou articular um plano de ação revolucionária continental. Voltando ao Brasil, ainda em 1967, apoiando-se na autonomia de grupos armados e contando com as forças mais expressivas em São Paulo, Marighella passou a pregar a guerra de guerrilha urbana como estratégia revolucionária central e fundou a Aliança de Libertação Nacional (ALN).

Discordando das teses tradicionais do PCB, que apontavam a burguesia como aliada dos operários e camponeses no processo revolucionário brasileiro, a organização de Marighella propôs o desencadeamento imediato de operações armadas nas grandes cidades brasileiras, com vistas a recolher recursos para o lançamento da guerrilha rural. Da luta

²² Dom Paulo Evaristo ARNS. Brasil: nunca mais, p. 92.

armada no campo deveria nascer, segundo ele, um Exército de Libertação Nacional, apto a derrotar o Regime Militar e aplicar um programa de transformação cujo eixo central seria aniquilar o imperialismo.²³

Ao contrário de muitas outras organizações de luta armada, a ALN contava com o apoio dos trabalhadores que haviam participado do Partido Comunista.

Uma outra organização que teve trajetória semelhante à da ALN foi o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), cujas origens remontam aos primeiros momentos pós-1964, quando seu principal dirigente, Mário Alves, jornalista e intelectual de forte prestígio na Executiva do PCB, começou a se opor às posições de Luís Carlos Prestes no Comitê Central, formando uma "Corrente Revolucionária" com força no Rio e no Nordeste. Mas o PCBR se constituiu de fato e de direito em abril de 1968, no Rio de Janeiro.²⁴

Em síntese, a proposta do PCBR consistia na construção de um novo partido marxista, que refizesse a linha tradicional do PCB a respeito da necessidade de união com a burguesia brasileira sem, no entanto, aderir à bandeira da "Revolução Socialista" imediata. Quanto à estratégia revolucionária, o PCBR se identificou com a ALN, pois ambos escolheram a área rural como palco mais importante da luta rumo a um "Governo popular Revolucionário".

Já o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) era conhecido inicialmente como "DI da Guanabara", ou seja, Dissidência da Guanabara do PCB. Outro grupo, a "DI de Niterói", que também adotou o nome de MR-8, teve vida efêmera.

A Dissidência da Guanabara passou a atuar como grupo independente em 1966, confinando-se principalmente ao meio universitário. Ao contrário da ALN, o MR-8 defendia a ideia da construção de um novo Partido Marxista e, na crítica ao programa do PCB, indicava que o chamado "caráter da revolução" no Brasil ^{embora} ser visto como "Socialista", e não "democrático burguês" ou de "libertação nacional". Nessa óptica o MR-8 se assemelhava tanto às ideias da ALN quanto as ideias do PCBR.

No mesmo processo de luta interna do PCB, que gerou a ALN, o PCBR e o MR-8, surgiram outros grupos de importância mais limitada: a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (corrente), que reunia universitários e funcionários da prefeitura de Belo Horizonte, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), de Ribeirão Preto, e as "Dissidências" de Brasília e de São Paulo.

Em contra-partida, o PC do B dirigiu uma forte crítica ao que considera "linha pacífica" do PCB e, aos poucos, foi sistematizado um projeto global a respeito de como deveria se desenrolar a chamada luta revolucionária no País. Esse pensamento foi formulado em janeiro de 1969 sob o título de "Guerra Popular: Caminho da Luta Armada no Brasil". ^{citado}

No campo da estratégia, o PC do B considerava que a luta revolucionária teria na área rural brasileira seu mais importante palco de luta, por meio de uma guerra sustentada por fortes contingentes populares, especialmente os camponeses.²⁵

"O PC do B condenou a guerrilha urbana lançada por outros grupos a partir de 1968, considerando-a 'foquismo pequeno-burguês' que desprezava a participação das 'massas' na luta revolucionária. Enfrentou, por isso, uma

²³ Dom Paulo Evaristo ARNS. Brasil: nunca mais, p. 94.

²⁴ Id., Ibid., p. 95 - 97

²⁵ Id., Ibid., p. 98

luta interna que culminou com o Desmembramento de duas dissidências: A Ala Vermelha, em São Paulo e no Centro-Sul e o Partido Comunista Revolucionário (PCR) no Nordeste. Ambos os grupos surgiram em 1966 e 1967, descrendo dos propósitos da direção do PC do B em realmente preparar a luta armada".²⁶

Ainda em 1966, o PC do B resolveu implantar alguns quadros partidários na região do rio Araguaia, no Sul do Pará. Essa área foi escolhida devido as condições geofísicas serem propensas para o surgimento de um futuro "exército popular". Com o acirramento da repressão devido a instituição do Ato Institucional nº 5, o PC do B passou a deslocar os militantes perseguidos para essa área.

Como cisões da Ala Vermelha surgiram dois pequenos grupos clandestinos ligados a guerrilha urbana no final de 1969, em São Paulo: o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM), que depois modificou seu nome para OP - COR (Organização Partidária - Classe Operária Revolucionária).

A Ação Popular (AP) nasceu em 1962. Nesse primeiro momento, definiu-se como "Movimento Político" e era composto de cristãos progressistas ligados a Ação católica. Em seu "Documento - Base", de 1963, propõe-se a luta por uma sociedade justa, condenando tanto o capitalismo quanto os países socialistas existentes. Apoiada pelos estudantes participantes da JUC (Juventude Universitária Católica), a AP se engaja nas lutas pelas Reformas de Base no período do governo de João Goulart. Com o golpe militar sofreu dura repressão.

Nos anos seguintes, a AP se reorganizou apoiando-se especialmente no meio universitário e em 1967 adotou o marxismo como guia teórico para suas atividades. A partir dessa opção, a AP se modificou até se caracterizar como uma organização maoísta típica, assumindo uma linha política semelhante a do PC do B. No entanto, a AP não se envolveu em ações de guerrilhas.

Em 1968, ano em que a AP iniciou a publicação de seu órgão oficial, "Libertação" ocorreu uma luta interna que conduziu a um racha. E esse racha deu origem a uma nova organização dissidente em 1969, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Essa dissidência foi formada porque nem todos os militares concordaram com o rumo tomado pela organização, ou seja, a persistência do maoísmo ortodoxo. A revolução em duas etapas, integração da produção.

O PTR propunha em seu programa o objetivo direto da revolução socialista e indicou o caminho da luta armada, com o campo como área fundamental e a guerrilha como forma principal de luta.²⁷

Uma outra organização importante foi a ORM - POLOP (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária). Criada em 1961, era composta por estudantes provenientes da "Mocidade Trabalhista" de Minas Gerais, da "Liga Socialista de São Paulo, alguns trotskistas e dissidentes do PCB do Rio, São Paulo e Minas.

Antes de 1964, os líderes da POLOP aderiram à teoria do foquismo.²⁸

²⁶ Dom Paulo Evaristo ARNS. Brasil: nunca mais, p. 98.

²⁷ Jacob GORENDER. Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, p. 115.

²⁸ O Foquismo foi uma Teoria Revolucionária defendida nas obras escritas por Ernesto Che Guevara e Regys Debray. Ver: Maria Helena Moreira ALVES. Estado e oposição no Brasil. 1964 - 1984, p. 143.

*“Polopistas afoitos articularam com subalternos das Forças Armadas a preparação de um foco guerrilheiro, cuja radicação se previa numa região de Minas Gerais. Mas a conspiração ficou batizada de ‘Guerrilha de Copacabana’, porque polopistas e marinhaeiros confabulavam em apartamentos daquele bairro no Rio. Infiltrados entre os conspiradores, agentes do CENIMAR estouraram os aparelhos e prenderam seus frequentadores em julho de 1964. As sequelas da repressão engrossaram a primeira vaga de exilados da POLOP”.*²⁹

Em 1967, por continuar se assemelhando com os ideais do foquismo, a POLOP viveu sua primeira cisão.

*“Um dos principais núcleos do racha da POLOP saiu de Minas, tendo à frente Ângelo Pezzutti da Silva, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo de Brito, Carlos Alberto de Freitas e Jorge Baptista Filho. O racha se estendeu à Guanabara e ao Rio Grande do Sul, onde obteve a adesão de Carlos Franklin de Araújo Paixão. Daí surgiu uma entidade a princípio chamada apenas Organização ou simplesmente O. Em 1968, tomou nome de Organização Político-Militar e depois de Comando de Libertação Nacional (COLINA)”.*³⁰

Em São Paulo uma “ala esquerda” da POLOP se uniu a militantes remanescentes do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) para constituir a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que teve uma expressão bem maior ligada a Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército Brasileiro.

O COLINA teve vida curta. Após sucessivas prisões se aproximou da VPR e em meados de 1969 foi fundada a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares). A VPR deixou de existir em junho de 1969, por conta da união com o COLINA. Mas em setembro do mesmo ano ocorreu uma cisão na VAR-Palmares, e uma ala se desligou para recompor a VPR, ainda tendo Carlos Lamarca como principal nome.

Ainda em 1969 o ex-soldado do Exército, Eduardo Leite, mais conhecido por “Bacuri”, desligou-se da organização e formou um pequeno grupo intitulado REDE (“Resistência Democrática” ou “Resistência Nacionalista Democrática e Popular”). A REDE se dedicou a operações armadas em São Paulo, em conjunto com outros agrupamentos que compunham a “Frente”: ALN, VPR e MRT.³¹

Como vimos, as organizações comunistas alteraram profundamente seu perfil político entre 1964 e 1968. A derrota de 1964 não alterou as convicções formadas.

Os militantes comunistas que abandonavam o PCB para formar novas organizações, não abandonavam o princípio da revolução, ao contrário, desejavam, com sua ação melhor concretizá-lo.

²⁹ Jacob GORENDER. Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, p. 127.

³⁰ Id., Ibid., p. 129.

³¹ Dom Paulo Evaristo ARNS. Brasil: nunca mais, p. 104.

Tanto o PCBR, quanto a ALN e Dissidências jamais duvidaram de que a revolução estava em marcha.

A POLOP propôs a metamorfose da revolução brasileira em revolução socialista. A VPR e o COLINA herdaram a certeza de que amadureceriam em condições Revolucionárias. Não mais uma revolução proletária, baseada em insurreições urbanas, mas uma guerra revolucionária, apoiada em guerrilhas camponesas. O PC do B se modificou e transformou a revolução em guerra popular. A ALA Vermelha e o PCR formaram-se como organizações por entenderem que o PC do B, ou melhor, sua direção, não tinham sido capazes de assumir as tarefas revolucionárias que se impunham.³²

Devido a essas e outras divergências do ponto de vista ideológico de cada partido ou organizações é que ocorreram as cisões. E foi justamente dessas cisões que nasceu o ideal revolucionário em prol da luta armada, luta revolucionária para derrubar a ditadura militar e tomar o poder em nome do povo, desenvolvendo a estes seus direitos e sua dignidade.

—2.2— O Autoritarismo do Ato Institucional nº 5 e a Imersão na Luta Armada

Sem sombra de dúvidas o Ato Institucional nº 5 (AI-5) marcou o fim da primeira fase de Institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Os partidos políticos criados em 1964 (ARENA e MDB) foram enfraquecidos devido aos sucessivos expurgos. Os parlamentares da ARENA que votaram com o MDB foram sumariamente privados de seus mandatos eleitorais, passando a integrar o campo de "inimigo interno". O movimento estudantil debandou após a prisão de 800 líderes num congresso clandestino realizado em Ibiúna (SP), no final de 1968.³³ Os sindicatos sofreram novas intervenções e severa repressão. De maneira geral, a esquerda brasileira que acreditava na reforma mediante a resistência não violenta foram enfraquecidos, entrando num período de desorganização e falta de perspectiva.

Segundo Maria Helena Moreira Alves, ¹⁴²

*"o AI-5 introduziu um terceiro ciclo de repressão. O primeiro ciclo, em 1964, concentrava-se no expurgo de pessoas ligadas a anteriores governos populistas. O segundo ciclo (1965-1966), após a promulgação do Ato Institucional nº 2 que concluiu os expurgos na burocracia de Estado e nos cargos eleitorais, não incluiu o emprego direto e generalizado da violência. O terceiro ciclo caracterizou-se por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informações e no aparato burocrático de Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes."*³⁴

No período de dezembro de 1968 a 30 de outubro de 1969, o Congresso Nacional permaneceu fechado. Durante esse recesso, o Executivo promulgou 13 atos institucionais, 40 atos complementares e 20 decretos-lei, todos destinados ao controle da sociedade civil.

³² Daniel Aarão Reis FILHO. A revolução ao encontro: os comunistas no Brasil, p. 146.

³³ Maria Helena Moreira ALVES. Estado e oposição no Brasil. 1964 - 1984, p. 143.

³⁴ Idem, Ibidem.

Para Maria Helena Moreira Alves, 11/13:

*"o período de recesso do Congresso foi plenamente utilizado para a publicação de decretos-lei de regulamentação da economia e a criação de um completo sistema de incentivos fiscais que facilitou a implantação do modelo de desenvolvimento econômico."*³⁵

Como já vimos o Ato Institucional nº 5 foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968. Em muitos artigos de seu texto reiterava disposições dos dois primeiros atos institucionais, mas contava com uma diferença peculiar: não se estipulava prazo para sua vigência. Seriam permanentes os controles e a suspensão das garantias constitucionais.³⁶

Em síntese o AI-5 convenceu muita gente de que a ditadura estava firmemente implantada e que só poderia ser derrubada pela força das armas.

Nesse contexto repressivo, os setores de oposição que pensavam na viabilidade da luta armada assumiram posição predominante. A luta armada teve início em 1969 e se concentrou em áreas urbanas, envolvendo sobretudo organizações cujos militantes provinham do movimento estudantil. A ALN e a VPR concluíram que o comprometimento prático com a luta armada se confirmou diante do fechamento completo da ditadura militar.

*"Nas trevas da clandestinidade, não havia resposta possível que não a do combate pelas armas. As vanguardas revolucionárias não podiam ser partidos políticos com braços armados, mas organizações de corpo inteiro militarizadas e voltadas para as tarefas da luta armada".*³⁷

No dia 03 de janeiro de 1969, o Exército confirmou um assalto a fábrica de armas e explosivos ROCHESTER S/A, situada em Sabaúna (Mogi das Cruzes). Desta fábrica foram roubadas 23 caixas de dinamite e 22 bananas de gelatina. Segundo os militares e investigadores do DOPS de São Paulo, o assalto foi executado em 40 minutos e foi encontrado no local um panfleto assinado por Carlos Marighella.³⁸ Esse fato demonstrou para as autoridades do DOPS que no Brasil já existia grupos de ação guerrilheira altamente treinados.

A partir desse assalto, foram desencadeados atos de terrorismo, atentados à bomba e novas ondas de assaltos a bancos. Na mesma proporção aumentava o cerco policial em função de capturar e desbaratar esses grupos ligados à luta armada.

Em fevereiro do mesmo ano, o General Jaime Portela, secretário geral do Conselho de Segurança Nacional juntamente com sua cúpula criou a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, com o intuito de prever a eclosão de guerrilhas rurais e urbanas.³⁹

³⁵ Maria Helena Moreira ALVES. Estado e oposição no Brasil. 1964 - 1984, p. 143.

³⁶ Ver: Diário de Natal, 14 dez. 1968, p. 1.

³⁷ Jacob GORENDER. Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, p. 153.

³⁸ Diário de Natal, 03 jan. 1969, p. 1.

³⁹ Diário de Natal, 12 fev. 1969, p. 1.

O PCBR se ocupou com operações armadas urbanas em abril de 1969. Nesse primeiro momento ele se voltou para a propaganda revolucionária. Quanto ao começo de sua imersão na luta armada, partiu do Comitê Regional de Pernambuco. Um grupo de fogo se deslocou de João Pessoa e, em maio de 1969, arrebatou de dois funcionários do Banco da Lavoura a valise com um depósito da Souza Cruz. Foi a inauguração desse tipo de ações no Nordeste. Já no Recife, seguiram-se outros assaltos a agências bancárias e postos de gasolina e ações de propaganda armada.

No dia 1 de maio de 1969, o pessoal da Ala Vermelha ocupou a estação emissora da Rádio Independência, em São Bernardo, e difundiu uma proclamação em prol do caminho revolucionário através da luta armada.

Ainda no primeiro semestre de 1969, a VPR e o COLINA se recuperaram pela fusão, que deu origem à VAR-Palmares. Na ALN, após a morte de Marquito, o Grupo Tático Armado (GTA) se reconstituiu sob o comando de Jonas. Em pouco tempo, o grupo chegou a ter quarenta guerrilheiros e se dividiu em dois sub-grupos, liderados por Carlos Eduardo Pires Fleury e por Takao Amano. A partir daí, intensificou-se o ritmo das propagandas em incentivo à luta armada, com o aumento de quadros de combatentes que retornavam de Cuba. Com esse aumento de quadro de pessoal treinado, a ALN resolveu criar um novo GTA em São Paulo. Ao mesmo tempo, as organizações cresciam na Guanabara e em outros estados, dando-se a imersão geral da luta armada. Não participaram da imersão geral da luta armada ^{por motivos} o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o POR-T (Partido Operário Revolucionário- Trotskista), o PC do B (Partido Comunista do Brasil), e a AP (Aliança Popular). Esses partidos ficaram excluídos ^{por motivos diferentes}.⁴⁰ A Dissidência Universitária da Guanabara (MR-8) aderiu a idéias foquistas, e criou um Grupo de Trabalho Especiais (GTE), estruturado para ações de guerrilha urbana. A obtenção de fundos mostrou-se bem sucedida através dos assaltos a agências bancárias e a carros transportadores de valores.⁴¹

diferentes nos
após a morte
de Marquito
trabalho e
comunistas do
sul do Brasil

"A virada geral no sentido da luta armada deu urgência ao compromisso de deslanche da guerrilha rural. Esta era a tarefa estratégica, ao passo que as ações urbanas não tinham mais do que função tática. A ALN saiu na frente e anunciou que 1969 ia ser o ano da guerrilha rural. O anúncio se tornou slogan, dos documentos da organização, enfatizado por Marighella nos pronunciamentos de junho a outubro".⁴²

Assim Marighella preparava a transferência dos combatentes do primeiro GTA paulista para o sul do Pará. De acordo com o plano previsto, a região devia ser o ponto de convergência de ações guerrilheiras simultâneas que iam partir das áreas rurais do Norte do Paraná, Dourados (Mato Grosso), Chapada Diamantina (Bahia) e Guapiassu, no Oeste de São Paulo. Na sua trajetória, cada uma das colunas faria ocupações de povoados e vilas e nelas realizaria a queima dos cartórios, o ataque aos latifúndios e a distribuição de gêneros alimentícios à população pobre.⁴³

⁴⁰ Jacob GORENDER. Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, p. 153 e 154.

⁴¹ Id., Ibid., p. 154.

⁴² Id., Ibid., p. 155.

⁴³ Idem, ibidem.

O mesmo fizeram a VPR, a VAR-Palmares e o PCBR, comprando fazendas e sítios visando a implantação de campos de treinamento guerrilheiro. Um ponto comum é que todas as proporções de terra que foram compradas por estas organizações consistiam em áreas estratégicas para a implantação da guerrilha rural.

“O súbito aumento da escala da luta armada pôs a mostra a incapacidade do aparelho policial para o enfrentamento das novas organizações revolucionárias (...). A ineficiência dos DEOPS e a dispersão de recursos das Forças Armadas fizeram surgir a idéia de uma entidade centralizada de homem e materiais na luta contra-revolucionária. Uma vez que em São Paulo mais se multiplicavam as ações de guerrilha urbana, fundou-se ali, a 29 de junho de 1969, a Operação Bandeirantes (OBAN)...”⁴⁴

Os quadros da OBAN foram ocupados por oficiais e subalternos das três armas e da Força Pública de São Paulo, como por delegados, investigadores e pessoal burocrático da Secretaria de Segurança sob o Comando Operacional do major do Exército Waldir Coelho.

A atuação efetiva da OBAN representou um grande problema para as organizações que se empenhavam na luta armada. Pois essa nova organização, além de bem informada, dispunha de um forte esquema montado e todas as suas atitudes tinham base legal. Devido a esse problema, ficou muito difícil manter o índice de atuações em guerrilhas. As ações confiscatórias traziam dinheiro, porém este sumia depressa no sustento dos militantes profissionalizados como revolucionários, porque os mesmos já não podiam ou não queriam prosseguir nas condições normais de vida legal. Muitas vezes se fazia necessário alugar mais casas para a montagem de aparelho que servissem de residência, lugar de reuniões, depósito de armas e outras finalidades. Um outro problema eram as prisões. Com estas se descobriam os aparelhos e mais dinheiro se gastava em sua substituição. Em contrapartida, as quantias arrecadadas dos assaltos decrescia, uma vez que as agências bancárias tomavam a precaução de deixar o mínimo dentro dos cofres.

No meio do pânico gerado pela atuação da OBAN e como protesto pelo descumprimento constitucional, o MR-8, “DI Guanabara” com o apoio da ALM, resolveram sequestrar o embaixador dos Estados Unidos, o Sr. Burke Ellbrick. O sequestro ocorreu no dia 4 de setembro de 1969 e as condições para o resgate do embaixador foram a libertação de quinze prisioneiros políticos com transferência segura para o exterior e a difusão de um manifesto nos jornais e estações de rádio e televisão de todo o País.

O manifesto foi divulgado no dia 5 de setembro e resumiu-se nas seguintes exigências:

“a) – A libertação de quinze prisioneiros políticos. São quinze revolucionários entre os milhares que sofrem as torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, sequestrados e amargam as humilhações

⁴⁴ Jacob GORENDER. Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. p. 156.

impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível, não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Esses serão vingados um dia. Exigimos apenas a libertação desses quinze homens, líderes da luta contra a ditadura. Cada um deles vale cem embaixadores, do ponto de vista do povo. Mas o embaixador dos Estados Unidos vale muito também no ponto de vista da ditadura e da exploração.

*b) – A publicação e leitura desta mensagem, na íntegra nos principais jornais, rádio e televisões de todo o país. Os quinze prisioneiros políticos devem ser conduzidos em avião especial até um país determinado (Argélia, Chile e México) onde lhes seja concedido asilo. Contra eles não deverá ser tentado qualquer represália, sob pena de retaliação. A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa proposta. Se a resposta foi positiva, divulgaremos a lista dos 15 líderes revolucionários e esperaremos 24 horas por sua colocação num país seguro. Se a resposta for negativa ou se não houver nenhuma resposta nesse prazo, o Sr. Burke Ellbrick será justificado. Os 15 companheiros devem ser libertados estejam ou não condenados. (...) As conversações só serão iniciadas a partir de declarações públicas e oficiais da ditadura de que atenderá as exigências. O método será sempre público por parte das autoridades e sempre imprevisto por nossa parte. Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas. Finalmente, queremos advertir de todos aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros que não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir roubando, espancando e matando, ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente. Assinado Ação Libertadora Nacional”.*⁴⁵

Quanto aos presos políticos tratavam-se de Luís Travassos, José Dirceu, José Ibraim, Onofre Pinto, Ricardo Vilasboas, Maria Augusta, Ricardo Zarottine, Rolando Fratti, João Leonardo, Argonalta Pacheco da Silva, Vladimir Palmeira, Ivens Marchettini, Flávio Tavares, Gregório Bezerra e Mário Roberto.⁴⁶

Se analisarmos a fundo o conteúdo do manifesto, percebemos que a Junta Militar governativa passou uma situação humilhante perante o povo brasileiro. Pois o regime militar impôs uma censura acirrada aos meios de comunicação para que a população não ficasse sabendo de notícias que causassem um efeito negativo. Dessa maneira ao ler o manifesto em cadeia nacional e liberar sua publicação nos principais jornais do Brasil, eles estavam automaticamente denunciando-se e desobedecendo suas próprias leis.

Os prisioneiros políticos viajaram no dia 06 de setembro de 1969 e no dia seguinte o embaixador recuperou a liberdade.

⁴⁵ Diário de Natal, 05 set. 1969, p. 2.

⁴⁶ Diário de Natal, 08 set. 1969, p. 1.

"O sequestro do embaixador dos Estados Unidos foi a primeira operação do gênero no mundo, na História da Guerrilha Urbana. Mas houve o preço a pagar da intensificação da repressão ditatorial. Para os presos libertados, a Junta Militar criou a pena de banimento. No dia 19 de setembro, o Ato Institucional nº 14 estabeleceu as penas de morte e de prisão perpétua em tempo de paz, destoantes da tradição jurídica brasileira. No dia 28, o Decreto-Lei 898 pôs em vigor a nova lei de segurança nacional, para a qual o adjetivo draconiano chega a ser ameno. Afastada a corrente palaciana favorável ao abrandamento do regime, a Junta promulgou, a 17 de outubro, a Emenda Constitucional nº 01. Implicitamente, a Emenda revogou a Constituição de 1967 e impôs nova Constituição, cujo descarado discricionarismo se adequava à situação real de completo fechamento da ditadura".⁴⁷

A partir do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, os militares reforçaram o policiamento, principalmente no Rio. Tanto a Polícia do Exército, onde funcionava o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), como na Marinha, o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha). Começaram a trabalhar em função de prender os membros do MR-8. Desembocada a "caçada", vários membros do MR-8 foram presos e levados para as câmaras de tortura.

Devido ao aumento do cerco policial, ficou muito difícil arrecadar os fundos para a montagem da guerrilha rural. Todos os planos de assaltos a bancos, eram barrados pelos componentes da OBAN. E nessas batidas policiais vários membros da ALN eram presos e assassinados.

Tentando controlar a situação Marighella resolveu empreender momentâneo recuo, sem interromper o escoamento de componentes guerrilheiros, planejou atos de propaganda armada, visando deter a ofensiva da ditadura e programou uma viagem a Mato Grosso para 9 de novembro.⁴⁸

Antes da viagem a Mato Grosso, no dia 04 de novembro, depois de marcar um encontro com Frei Fernando pelo telefone, que estava sob escuta policial, Marighella acertou o encontro para às vinte horas. Subindo a alameda Casa Branca, Marighella se aproximou do fusca azul, entrou, e logo foi alvejado com cinco tiros. Marighella teve morte rápida provocada por hemorragia interna.⁴⁹

Após a morte de Marighella a ALN ficou totalmente desarticulada. Seus membros foram se unindo a outros grupos, em especial a VPR sob a liderança de outro grande nome, do capitão Carlos Lamarca. Essa nova união rendeu novas articulações em função da preparação da guerrilha rural. A partir de dezembro de 1969 foram desencadeados vários assaltos simultâneos comandados diretamente pelo capitão Lamarca. Os assaltos duravam em média quatro minutos e eram deixados nos locais panfletos aludindo à morte de Carlos Marighella e à continuação do movimento subversivo no País.⁵⁰

Assim poderemos concluir que a morte de Marighella foi um golpe de impacto. De lá, a técnica da propaganda policial era de concentrar as atenções em torno de uma pessoa e

⁴⁷ Jacob GORENDER. op. cit., p. 168 e 169.

⁴⁸ Id., Ibid., p. 171.

⁴⁹ Id., Ibid., p. 171 – 175.

⁵⁰ Diário de Natal, 31 dez. 1969, p. 1.

transformar sua prisão num objetivo político palpável.⁵¹ Com a continuação da luta armada, as concentrações das atenções seguiram em torno de outros líderes, que as autoridades militares faziam questão de divulgar seus nomes em cartazes e jornais, visando espalhar o repúdio aos líderes de esquerda. Contudo, a luta armada persistiu durante os anos seguintes, obteve alguns êxitos, mas entrou em declive devido a não adesão da massa popular e às divergências entre as próprias organizações.

⁵¹ Fernando GABEIRA. O que é isso companheiro?, p. 137 – 141.

3 – PAPEL DA IMPRENSA NA VEICULAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE A LUTA ARMADA: DIÁRIO DE NATAL, 1969.

3.1 – Introdução

Após o golpe militar, a imprensa brasileira ficou terminantemente proibida de noticiar os fatos relativos à luta armada. Como os militares viam subversão em tudo, não admitiam ser questionados ou criticados e consideravam que os meios de comunicação brasileiros eram usados como arma pelos inimigos, por isso ao tomarem o poder em 1964 começaram a se precaver, atacando principalmente duas frentes, no que diz respeito à circulação das informações. A primeira foi supervalorizar a “informação”; a segunda foi controlar todo o fluxo de notícias, veiculados pelos meios de comunicação, através de decretos revolucionários e leis nem sempre legítimas.⁵²

Com a criação do SNI (Serviço Nacional de Informação) em junho de 1964, aumentaram o número de órgãos militares e civis de segurança e informação. Em todos os órgãos militares existiam a 2ª seção de Informação e cada uma Arma tinha ainda o seu órgão específico: Centro de Informação do Exército (CIE), Centro de Informação da Marinha (CENIMA) e o Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA). Ainda sob o controle das Forças Armadas, existiam os serviços de informações das Polícias Militares estaduais, colocadas no período revolucionário sob a tutela do Exército, da Polícia Federal, das Secretarias de Segurança Pública, e ainda os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS). Na teoria, todos esses órgãos deveriam apenas prestar assessoria ao aparelho de Estado na preservação real da segurança nacional. Mas, na prática, eles serviram apenas como órgãos de repressão política a serviço dos detentores do poder. Os integrantes de cada uma dessas organizações compunham o temido DOI-CODI (Departamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna) que atuava executando as ações repressivas armadas julgadas necessárias pelos órgãos de informações.

~~Devido~~ Devido a criação de todos esses órgãos civis e militares, os proprietários de meios de comunicação (jornais, revistas, rádios e televisão) em geral foram obrigados a demitir seus funcionários, principalmente os jornalistas, que, por fazerem críticas à ditadura, eram inimigos da revolução. E mais ainda, para contratar outros jornalistas, era preciso do aval de alguns desses órgãos, como também o credenciamento dos mesmos designados pelos meios de comunicação para cobrir uma determinada área.

O SNI era o órgão encarregado de executar a censura política às informações e também responsável pela preservação da “moral e dos bons costumes”. Diante desse aparato legal, os jornalistas encontraram restrições ~~de~~ informar ao público as notícias referentes a propaganda armada.

Visando o ~~alto~~ controle dos meios de comunicação, em 1967, foi instituída a Lei de Imprensa, que nos artigos 61, 62 e 63 faz a seguinte relevância sobre o trabalho do jornalista:

⁵² Paolo MARCONI. A censura a imprensa brasileira. 1968 – 1978, p. 27 e 28.

"Mesmo que o jornalista tenha provas irrefutáveis de qualquer crime cometido por figuras do governo não poderá divulgar nada sobre o assunto pois "não se admite a prova de verdade" quando se trata do Presidente da República, Ministros de Estado, Presidentes do Senado e da Câmara, chefes de Estado ou governo estrangeiros e seus representantes diplomáticos, criando assim, artificialmente uma casta acima de qualquer suspeita. Ainda por esta lei, o Ministro da Justiça pode determinar, a qualquer momento, a apreensão, independentemente de mandato judicial, de qualquer Jornal ou revista que contenham "propaganda de guerra", promovam incitamento à subversão da ordem política e social ou ofendam a moral pública e os bons costumes".⁵³

Com essa lei, ao invés de noticiar os fatos que verdadeiramente ocorriam no país e cumprir ~~com~~ o seu papel que é o de trazer a informação, a imprensa escrita (jornais e revistas) cobria os locais destinadas a tais informações com propagandas em apoio ao governo ou mesmo depoimentos de ministros sobre os assuntos que diziam respeito a economia e ao progresso. Quando a lei era descumprida e a matéria era publicada recaía sobre o responsável pela entidade ou pelo jornalista toda a responsabilidade. Os jornais, ou revistas ficavam proibidas de circularem durante alguns dias, a edição era totalmente apreendida e os responsáveis pela publicação eram obrigados a prestarem depoimentos, muitas vezes ficando presos em seguida tendo seus direitos profissionais cassados.

Mais foi visivelmente após a edição do AI-5 que toda imprensa brasileira iniciou sua penosa caminhada para tentar exercer seu papel de informar à opinião pública, ao mesmo tempo em que sofria toda sorte de violência, das quais a censura foi a forma de repressão mais ^{grave} ~~grave~~ ^{aguda} ~~aguda~~. Digo ~~que~~ a censura foi a forma de repressão mais ^{aguda} ~~aguda~~, porque esta não atingiu somente uma determinada pessoa ou grupo, ela foi além, atingiu toda a nação. De que adiantava vivermos em um "país democrático", como se dizia na época, se não tínhamos o direito de saber o que se passava dentro dele. Com certeza a ditadura havia conseguido o que queria, pessoas totalmente apáticas, cobaias do sistema endeusado pelo mito da revolução de 1964.

Já que a imprensa não tinha outra alternativa para sobreviver, ela se viu obrigada a aceitar as imposições da ditadura militar, engrandecendo sua imagem na propaganda revolucionária de 1964 e combatendo os contra-revolucionários. Dessa maneira poderemos afirmar que em grande parte, deve-se a imprensa, a farsa da revolução democrática de 1964, pois esta, por esta, sob censura, não cumpriu com o seu papel, deixando a população desinformada sobre o que realmente estava acontecendo no país, impedindo estes de buscar seus direitos de cidadãos livres em um país democrático.

essa parte tem sido a posição assumida pela chamada "grande imprensa", os principais meios formais do país. Até se parte expuser, contudo, que junto a ela, deambulavam-se órgãos "alternativos" que, apesar de não terem esse papel de "informar a opinião pública", Ex: "O Quilômetro", "Opinião", "Movimento",

⁵³ Paolo MARCONI. A censura a imprensa brasileira 1968 - 1978. p. 33.

3.2 – O Diário de Natal

A imprensa em geral sofreu severa repressão sob forma de censura política. Daí, todas as suas matérias antes de serem publicadas deveriam passar por um ~~chivo~~ ^{chivo} interno, seguindo a Lei de Imprensa. Caso fosse aprovada poderia ser publicada. Ao contrário, a matéria perderia o seu espaço, e em lugar da publicação teríamos espaços em branco, poesias ou receitas culinárias.

Esse tipo de problema não ocorreu com a imprensa local, pois esta, para não perder o seu espaço ou mesmo por motivos desconhecidos, apoiava a ditadura militar e estimulava o repúdio aos chamados subversivos, ou seja, àqueles que, por diversas razões, faziam críticas ao governo.

O apoio ^{dos} militares donos do poder, ^{foi visto} ~~era visto~~ diariamente em vários artigos escritos por alguns jornalistas, pessoas anônimas, ou mesmo meras transcrições de seus discursos. Durante todo o ano de 1969, ~~foi~~ ^{foi} escolhido para fazer nossa pesquisa, ~~poderemos~~ ^{pode-se acompanhar} visualizar os elogios feitos pelo **Diário de Natal**, no sentido de enaltecer sua credibilidade junto à população. Esses elogios poderão ser referenciados nos cadernos especiais que foram publicados em homenagem ao 5º aniversário da revolução no dia 31 de março de 1969. Tratava-se de uma edição especial bem ilustrada composta pelo jornal do dia e mais três cadernos. Cada caderno foi patrocinado por várias entidades, tanto particulares, quanto públicas e estatais.

O jornal do dia compunha o primeiro caderno, e trazia as notícias referentes àquela data.

O segundo caderno foi iniciado com os seguintes versos:

*"Mãos sujas e criminosas
 Não te macularão
 Bandeira de minha terra
 Na data magna da
 Revolução democrática
 Saudamos o Brasil"*

As "mãos sujas e criminosas" ^{referem-se ao} ~~trata-se do~~ comunismo, que segundo os versos, não entraram em nosso país devido a revolução de 31 de março de 1964. Na segunda página, o presidente Costa e Silva fazia um balanço sobre o seu governo. Para completar, o **Diário de Natal** e as Emissoras Associadas traziam na terceira página um balanço enaltecendo o ~~G~~ Governo de Costa e Silva, e ~~o~~ como elogio, citou a seguinte frase: "o governo que está multiplicando o Brasil". As páginas seguintes (4, 5, 6, 7 e 8), trazem ~~os~~ assuntos referentes à educação e a formação profissional do indivíduo, além de prestigiar o ensino universitário e a educação em geral. Se fossemos analisar a História da educação brasileira durante o período militar no Brasil, veríamos que a educação estava voltada para o ensino técnico. O importante para o governo era ter mão-de-obra qualificada para suprir as necessidades das empresas estrangeiras.

O terceiro caderno, ^{página} traz na primeira a foto do Marechal Castelo Branco, e as páginas seguintes (2 a 8) falam sobre os ^{assuntos} respectivos assuntos: a política financeira do Governo Castelo Branco, o índice de produção do Brasil e sua colocação no mercado mundial, a batalha sobre a educação, a pavimentação de rodovias; em especial a rodovia – BR 227 (trecho Jardim do Seridó / Caicó), a revolução e a educação, a produção de petróleo; energia elétrica; embarcações; trigo; água e instalação de telefones; e por último, ^{trava de} fala sobre a ^{transportação} ~~transportação~~ ^{da} marinha mercante brasileira.

Já o Quarto caderno traz a foto do marechal Costa e Silva, o presidente do 5º aniversário revolucionário. A segunda página fala sobre a Doutrina Política da revolução, especificando seus objetivos para com o Brasil, e ^{na} ~~em~~ subsequência o seguinte verso:

*“Salvando o Brasil
Da anarquia, as
Forças Armadas
Imprimem respeito
E disciplinam a
Ordem, conduzindo
a Nação a verdadeira
Democracia”*

É interessante perceber que em todos os assuntos, onde o Governo tenta justificar o ideal da doutrina “revolucionária”, ele ^{sempre} associa sempre ao comunismo. Para eles, donos do poder, o único sentido fiel da revolução, era o de combater o mais rápido possível as idéias referentes ao comunismo, e por causa disso o nome democracia aparece sempre como uma exaltação que deveria ser conseguida a qualquer custo, ^{mesmo} através da coação.

A terceira página fala sobre a produção de bens de consumo e a instalação de novas indústrias no Nordeste. A quarta página fala sobre a recuperação da agricultura brasileira. A quinta página fala sobre as construções habitacionais no Rio Grande do Norte.

De acordo com o que foi dito, poderemos acrescentar que as reverências feitas à ditadura militar, não estavam expressas somente nesses três cadernos citados. Estão ^{expressas} ~~expressas~~ em todas as edições do ano de 1969, nos artigos, notas oficiais, pesquisas contidas nas colunas feitas pelo próprio jornal, a partir disto poderemos formar uma idéia de coadjuvância ^{entre} imprensa e ditadura.

Quanto as matérias publicadas em 1969 que fazem referência aos “contra-revolucionários” poderemos citar a de subversão, terrorismo, assaltos a bancos, assaltos a carros pagadores e quartéis.

^{anúncios} Das ~~publicações~~ ^{anúncios} citadas acima, apenas as de subversão fazem parte do contexto natalense.

Durante o ano de 1969, o Diário de Natal publicou 41 notícias referentes ^{aos} ~~as~~ casos de subversão. Destas ~~notícias~~ ^{notícias}, apenas 7 tratavam ~~de~~ ^{de} casos no estado do Rio Grande do Norte e ~~destas~~ ^{destas} duas são notas oficiais que fazem menção as penalidades aplicadas aos subversivos de 1964, como o julgamento de Djalma Maranhão, Prefeito de Natal até 31 de março de 1964.

Segundo a nota oficial, ele foi condenado a 18 anos de reclusão porque “imprimiu rumos comunistas à ~~o~~ edilidade, criando campanha de alfabetização com cartilhas provenientes de Cuba” e ainda por ter fomentado greves de trabalhadores em Natal.⁵⁴ Se analisarmos a campanha de alfabetização criada por Djalma Maranhão em 1961, veremos que ele não encomendou nenhuma cartilha cubana. Pelo contrário, os profissionais utilizavam o método do educador Paulo Freire, que consistia no levantamento do universo vocabular de um determinado grupo que iria ser alfabetizado. Depois desse levantamento era feita uma seleção para retirar os vocábulos geradores que iriam ser trabalhados, e, a partir daí, poderia ser confeccionada uma cartilha, que muitas vezes eram feitas artesanalmente. A campanha de alfabetização criada por Djalma Maranhão, não tinha objetivo de cooptar pessoas para o comunismo, mais sim alfabetizá-las, para que pudessem encontrar um espaço junto ao mercado capitalista. O único ponto que poderia ser visto como ameaça comunista na visão dos militares, seria o nacionalismo exacerbado do ex-prefeito Djalma Maranhão, o amor que ele tinha pelo Rio Grande do Norte e o carinho pelo povo brasileiro.⁵⁵ Como naquele momento a ideologia não provava nada, resolveram atacar um alvo concreto, no caso, a campanha de “pé no chão também se aprende a ler”.

As outras quatro notas oficiais se referem a liberação de acusados, e a prisões de estudantes que fizeram algum tipo de agitação em protesto do AI-5.

O único caso de subversão constatado pelo Diário de Natal, foi a do estudante Silvério Gomes da Mota. E a matéria referente a este caso diz o seguinte:

*“O jovem terrorista que ontem espalhava panfletos subversivos no pátio da Escola Técnica Federal, na avenida 15, e que foi preso depois de atirar seis vezes contra o repórter fotógrafo e o motorista da Kombi do Diário, e no PM Antônio Augusto de Oliveira, foi autuado em flagrante na Delegacia Regional de Polícia Federal e enquadrado na Lei de Segurança Nacional com agravante tentativa de homicídio. (...) Silvério foi interrogado pelo bacharel Júlio Freire de Revoredo, delegado Regional da Polícia Federal em Pernambuco, (...) a polícia, por medida de precaução, mantém seu depoimento em sigilo. Após prestar declarações, o jovem terrorista foi levado para o quartel 16 RI, onde permanece incomunicável. (...) Ele distribuía panfletos assinados pela FREP – Frente Revolucionária Popular”.*⁵⁶

A partir dessa publicação, poderemos visualizar parcialmente que a própria imprensa, o Diário de Natal atuava como colaboradora do sistema, especulando o sensacionalismo, buscando reportagem que lhes dessem méritos, por estar contribuindo em deter a desordem e manter a paz. Buscando o espaço de denunciar os “contra-revolucionários”, que eram taxados de terroristas, bandidos, subversivos, ladrões, marginais, sabotadores e muitos outros nomes que causavam pânico à população. O Diário de Natal era responsável, em parte, pela ideologia absorvida pelos leitores da época. Sem falar nos assuntos gerais que estavam ocorrendo no mundo, como sequestro de aviões, a guerra do Oriente ou a Questão Palestina, a guerra do

⁵⁴ Diário de Natal, 25 mar. 1969, p. 1.

⁵⁵ José Willington GERMANO. Lendo e Aprendendo. A campanha de pé no chão. passim.

⁵⁶ Diário de Natal, 16 dez. 1969, p. 1.

Vietnã e muitos outros conflitos, que serviam de exemplo, para aguçar a imaginação da população que temiam que no Brasil ocorresse uma situação semelhante aos dos países asiáticos ou outros que estavam em conflitos.

As demais notícias referentes a subversão eram distribuídas entre as seguintes capitais: Curitiba, Fortaleza, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília e principalmente no Rio de Janeiro.

Quando ao número de assaltos a bancos chegou a ultrapassar uma média de 40 ao ano, todos ^{atribuídos} comprovados pelo DOPS como feitas por membros de organizações que almejavam a luta armada. Um outro tipo de protesto bastante utilizado foi o "terrorismo" ou atentados à bomba, que se espalhou em alguns estados do Brasil, no entanto, se concentrou em São Paulo.

O **Diário de Natal**, também noticiou alguns assaltos a carros pagadores feitos em Recife, Rio, Minas Gerais e São Paulo.

Enquanto a prática de obtenção de fundos para o preparo da luta armada não rendia atenção, ^{em contrapartida} quando se conseguia prender, ou mesmo desbaratar um determinado grupo, o **Diário de Natal** fazia questão em exibir. Usando fotos, letras que chamassem a atenção e cedia os melhores locais das colunas para a publicação das notícias. Em geral, quando as notícias não eram editadas na primeira página, ela ganhava um espaço que poderia ser antes ou depois da página esportiva. É bom lembrar que o esporte em geral era o hobby principal do brasileiro, em especial o futebol de campo.

Um outro fato importante é que todos os atos referentes a assaltos eram atribuídos aos membros das organizações de esquerda, visando divulgar uma notícia que reagisse negativamente em relação ao princípio ideológico desses grupos ou mesmo divulgar uma versão falsa, cujo objetivo era criar na população uma manifestação de ódio em relação a estas pessoas que desejavam derrubar a ditadura militar.

3.3 – Um caso exemplar: a notícia sobre a morte de Carlos Marighella

O **Diário de Natal**, publicou no dia 05 de novembro de 1969 a seguinte manchete: **"DOIS PADRES DOMINICANOS FORAM USADOS PARA APANHAR MARIGHELLA"**.

A notícia sobre a morte de Carlos Marighella foi ^{descrita} ~~prescrita~~ da seguinte forma:

"O líder terrorista Carlos Marighella foi morto por rajadas de metralhadoras, em São Paulo quando comparecia a um encontro, na esquina das alamedas Casa Branca e Lorena, da capital paulista, às 21:30 horas. A polícia paulista utilizou dois padres dominicanos, implicados no sistema terrorista e que haviam sido presos, sábado no Rio. Depois de ligações telefônicas com integrantes do grupo Marighella, os padres marcaram um encontro, num Volkswagen azul, que estacionou naquela esquina. Marighella chegou numa caminhoneta Willys, acompanhado de longe por cerca de 100 elementos de sua força de segurança. O chefe terrorista não atendeu a voz de prisão que lhe deu o delegado do DOPS, reagindo a tiros. Imediatamente, iniciou-se violento tiroteio, entre as forças de segurança de Marighella e os policiais postados nas imediações. Ficaram feridos o delegado Rubens Tucidupa e a investigadora Stela

*de Barros Borges de dezenove anos, que levou uma bala na cabeça. Dois elementos foram presos ao tentar socorrer o ex-deputado comunista, morreu ainda um dentista, cujo nome não foi fornecido. Vários carros e os prédios das proximidades ficaram avariados pela balas. Os moradores das vizinhanças trancaram-se em suas casas, sem compreender a princípio, as razões do tiroteio. A polícia apurou que o colégio dos dominicanos, no bairro de Perdizes, servia de refúgio aos terroristas”.*⁵⁷

Tentando provar o sensacionalismo que a imprensa de modo geral, usou nas publicações sobre a morte de Carlos Marighella, é que eu procurei examinar o capítulo 24 do livro *Combate nas Trevas e comparação e a dominação do D.A.C.*

De acordo com o capítulo 24, a caminhada para capturar Carlos Marighella iniciou-se quando o plano de uma operação gigante fracassou. “O assalto simultâneo a quatro agências bancárias na avenida Afonso ~~Ba~~vero”,⁵⁸ em São Paulo, quando os policiais do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), começaram a aprisionar os integrantes dos GTA (Grupo Tático Armado).

*“Apesar da intensificação da repressão policial, especialmente com os cercos inesperados de avenidas e revistas sistemáticas de carros, o procuradíssimo inimigo público número um circulava à luz do dia. Usava uma peruca desajustada, que mais atraía a atenção do que disfarçava.(...)”.*⁵⁹

Carlos Marighella havia coordenado seus contatos em São Paulo através de padres dominicanos e previa encontros a certa altura da alameda Casa Branca, num Fusca azul. A alameda Casa Branca tornava-se um local propício a encontros, devido existir vários edifícios em construção que ficavam vazios à noite, além da iluminação ser deficiente. Como a maioria dos telefones do Rio e São Paulo estavam grampeados, ou seja, sob escuta das autoridades policiais do DOPS e DEOPS, ficou muito fácil prender os dominicanos, Fernando e Yves, que depois de acertar um encontro no dia 1º de novembro, (“combinação feita pelo telefone do Convento dos dominicanos na rua Caubi, bairro dos Perdizes”) viajaram para o Rio, onde iam falar com Sinval Itacarambi Leão, já seguidos pela equipe do delegado Fleury.⁶⁰

Chegando ao Rio no dia seguinte, descansaram no Convento dos dominicanos do Rio, e depois embarcaram em um ônibus. “As duas da tarde, ao descerem (...), no Catete, Fernando e Yves foram agarrados, algemados e conduzidos ao CENIMAR, no quinto andar do Ministério da Marinha”.⁶¹

Submetidos a vários interrogatórios policiais seguidos de sessões de torturas, os frades, não tiveram saída e acabaram confessando. Então os torturadores concluíram que:

⁵⁷ Diário de Natal, 05 nov. 1969, p. 1.

⁵⁸ Jacob GORENDER. op. cit., p. 171.

⁵⁹ Idem, ibidem.

⁶⁰ Id., Ibid., p. 172.

⁶¹ Idem, ibidem.

*“Mariguella acertava seus encontros através de telefonemas à livraria Duas Cidades, onde Fernando trabalhava e usava a senha: aqui é o Ernesto (ou da parte de Ernesto). Esteja hoje na gráfica”.*⁶²

Ernesto significava: o pseudônimo de Marighella, e da parte de Ernesto, o substituto designado por ele. Um dos frades (Fernando) confirmou sob tortura, que havia um telefonema combinado para a tarde do dia 4, visando confirmar um encontro a noite na mesma data.

*“Na manhã de 3 de novembro, a equipe de Fleury trouxe os prisioneiros a São Paulo. A partir de informações deles, os policiais invadiram o Convento dos dominicanos na madrugada do dia 4 e levaram para o DEOPS os frades Tito de Alencar Lima, Giorgio Calegario e João Antônio Carlos de Valença. Durante a manhã, foram detidos o engenheiro Bobb, Antônio Pena Ribeiro e Manoel Guimarães Moraes. Na onda de prisões, veio arrastado Genério Homem de Oliveira, zelador do edifício próximo à avenida Paulista, em cujo apartamento Marighella realizava reuniões...”*⁶³

Na tarde do dia 4 de novembro, Fernando foi levado ao local de contato, e sobre a mira do delegado Roberto Guimarães, atendeu o telefone e confirmou o encontro. Como as prisões foram mantidas em sigilo e os meios de comunicação de massa estavam impedidos de difundir esses tipos de notícias, Marighella caminhou para o encontro.

Enquanto isto, o delegado Fleury e seu colega Rubens de Melo Tucunduva armavam um dispositivo policial na alameda Casa Branca. Vários homens foram escondidos nos edifícios que estavam em construção e debaixo da cobertura de lona de uma caminhonete, cercando pontos onde estava estacionado o Fusca com os dois frades. O Delegado Fleury estava do outro lado da rua observando o Fusca juntamente com a investigadora Stela Borges Morato.

Antes das vinte horas Marighella enviou na frente, o companheiro a fim de examinar o local de encontro com os frades. A passagem deste homem no local, induziu os policiais de tocaia a supor que Marighella havia chegado com uma guarda de segurança, especialmente montada.

Como aparentemente estava tudo normal, às vinte horas, Marighella apareceu, subiu a alameda Casa Branca. Aproximou-se do Fusca azul, entrou e sentou no banco de trás. Enquanto isso, seguindo as instruções, os frades Fernando e Yves saíram do carro, caminharam e se jogaram no solo. Sem compreender, Marighella foi surpreendido com a imagem do delegado Fleury, que apontando um revólver o intimou a se render.

“Marighella fixou o olhar no chefe do Esquadrão da Morte e fez um movimento com a mão para abrir a pequena pasta que trazia consigo. Fleury começou a disparar e os tiras ao seu lado o acompanharam, motivados por uma reação de pânico diante da

⁶² Jacob GORENDER. op. cit., p. 172.

⁶³ Id., Ibid., p. 172 e 173.

*fama de valentia do homem encurralado dentro do Fusca. Os policiais postados no fundo da rua imaginaram que a guarda de Marighella atirava e responderam também com disparos. O fogo cruzado dos próprios policiais vitimou de maneira fatal a investigadora Stela Borges Morato (...), feriu gravemente o delegado Tucunduva e matou o protético alemão Friedric Adolf Rohmani cujo o carro por azar atravessou o trecho conflagrado no momento do tiroteio. Com cinco balas no corpo, Marighella teve morte rápida provocada por hemorragia interna”.*⁶⁴

Ao analisarmos este caso exemplar, perceberemos que a única verdade referente a morte de Marighella, publicada pelo **Diário de Natal** foi o título da matéria: **“DOIS PADRES DOMINICANOS FORAM USADOS PARA APANHAR MARIGHELLA”**. Esse foi o único fato verídico.

Quanto aos cem elementos de sua força de segurança que trocaram tiros com os policiais, nunca existiram, foi uma obra de ficção da própria imprensa. Até porque durante o mês de setembro, metade dos membros da ALN foram capturados, assassinados e outros se encontravam em treinamento guerrilheiro em Cuba. Como era possível ter todo esse pessoal? Como foi possível o delegado Fleury ter saído ileso, depois de ter matado Marighella e trocar tiros com cem homens? Porque não morreu nenhum desses elementos? Porque a imprensa não divulgou em nota oficiais o nome de duas pessoas que foram presas? Quem tentaria socorrer Marighella no meio de fogo cruzado?

Sem dúvidas, a própria imprensa se utilizou da morte do líder da ALN para alto promover-se, tal como o delegado Fleury, o temido chefe do Esquadrão da Morte, que a partir daquele momento se tornou um herói, prometendo capturar todos os componentes do grupo de Marighella e ajudar a acabar a subversão no Brasil.

Como a população não dispunha de meios para obter as informações, os meios de comunicação eram tidos como os mais confiáveis. Principalmente o jornal que era comprado por uma quantia fixa e passada de mão em mão. De que maneira a população iria questionar ou criticar uma determinada notícia se ela não tinha uma visão política e ideologicamente direcionada? Ou o leitor era a favor da ditadura “democrática”, ou ele era um subversivo comunista. Essa segunda opção ele não queria, pois a sociedade era e continua sendo moldada de acordo com o sistema dos governos, absorvendo sempre a ideologia dominante sem querer enxergar o verdadeiro sentido da democracia que é expressada na liberdade do pensamento. Penas que a imprensa, por estar sob censura, ajudava a influenciar as pessoas com o pensamento da ditadura, colocando a visão dos poderosos na sua linha de trabalho.

⁶⁴ Jacob GORENDER. op. cit., p. 175.

CONCLUSÃO

A luta armada no Brasil foi intensificada em 1969 e contou com a participação de várias organizações. No entanto, em seu início, as organizações mais atuantes foram a ALN, VPR e o MR-8. Essas organizações realizaram separadamente vários assaltos a bancos e a quartéis. Mas a operação que teve mais repercussão tanto dentro quanto fora do Brasil foi o sequestro do embaixador do Estados Unidos Sr Burke Ellbrick, realizada em conjunto com as organizações MR-8 e ALN.

Antes do período da luta armada no Brasil em 1969, a imprensa brasileira já estava passando por momentos de dura repressão, e com o aumento dos preparativos para o movimento guerrilheiro, a imprensa foi totalmente proibida de noticiar os fatos referentes a este tipo de movimento. Ainda em 1967, quando foi criada a Lei de Imprensa, ela estava por passar a sua fase mais crítica, sem poder expressar a sua opinião aos brasileiros, sendo manipulada pelos órgãos militares que cuidavam da segurança nacional.

Devido a isso, a imprensa brasileira não pôde difundir a sua visão em relação a luta armada. Ao invés de informar sobre o movimento, a imprensa combatia e descriminava os integrantes das organizações de esquerda.

Todavia a visão do Diário de Natal em relação a luta armada no ano de 1969 é a mesma que toda imprensa brasileira divulgava, pois as notícias que faziam menção aos movimentos de esquerda, eram todos reeditados no sentido de combater e extinguir os movimentos guerrilheiros. Mas o motivo pelo qual a visão da imprensa foi padronizado tem suas raízes no pensamento difundido pela ditadura militar, no sentido de manter "a ordem e o bem geral da nação". Se esta foi a ideologia difundida, a imprensa em geral manipulada pela coação dos órgãos criados pelo SNI, tinha a obrigação de transmitir o pensamento dominante para poder continuar no mercado. Então, o pensamento reacionário, e a noção de democracia pregada pela ditadura militar culminava na deturpação das notícias sobre a luta armada reproduzidas na imprensa local.

Segundo ^{estes princípios} ~~estes princípios~~, podemos afirmar que a visão ^{do Diário de Natal,} ~~da imprensa,~~ pelo menos no período pesquisado (1969), era a mesma visão da ditadura militar.

*Seria interessante, como sugestão,
utilizar como a Tribuna do Norte
se portar em 1969, para ~~comparar~~
com as notícias, suas atualizações e diferenças.*

BIBLIOGRAFIA E FONTES

A. LIVROS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro – zero e pau-de-arara: o Cotidiano da classe média ao regime militar In: NOVAES, Fernando. **História da vida privada no Brasil, 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

ARNS, Dom Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: 1961 a 1967**. 3. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1983.

BARROS, Edgard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1992.

FIDELIS, Guido. **Lei de Segurança Nacional e Censura (comentários)**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1979.

FILHO, Daniel Aragão Reis. **A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** 27. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1991.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler. (1961 – 1964) uma escola democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira. 1968 a 1979**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

PESSOA, Mário. **Da aplicação da lei de segurança nacional**. São Paulo: Saraiva, 1978.

ROSSI, Clóvis. **A contra-revolução na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Atual Editora, 1987.

VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira**. 1964 – 1984. São Paulo: Moderna, 1985.

B. JORNALIS

DIÁRIO DE NATAL, 1969

DIÁRIO DE NATAL, 03 jan. 1969; 23 caixas de dinamite e 22 bananas de gelatinas com terroristas, p. 01.

DIÁRIO DE NATAL, 12 fev. 1969; Portela afirma que guerrilhas e terrorismo ameaça o Brasil, p. 01.

DIÁRIO DE NATAL, 31 mar. 1969; Edição comemorativa ao quinto aniversário da Revolução.

DIÁRIO DE NATAL, 25 mar. 1969; Djalma Maranhão e mais trinta e sete em julgamento hoje, p. 01.

DIÁRIO DE NATAL, 26 mar. 1969; Djalma Maranhão condenado a dezoito anos de prisão, p. 01.

DIÁRIO DE NATAL, 09 jun. 1969; Assalto agora foi a hospital, p. 01.

DIÁRIO DE NATAL, 01 set. 1969; Junta militar assume o governo, p. 01.

DIÁRIO DE NATAL, 05 set. 1969; Sequestrado o embaixador dos E.U.A., p. 01.

DIÁRIO DE NATAL, 05 set. 1969; Manifesto dos sequestradores faz exigências ao Governo, p.02.

DIÁRIO DE NATAL, 08 set. 1969; A foto oficial, p.01.

DIÁRIO DE NATAL, 16 set. 1969; Intensificada busca a Marighella e Lamarca, p.01.

DIÁRIO DE NATAL, 05 nov. 1969; Dois padres dominicanos foram usados para Apanhar Marighella, p.01.

DIÁRIO DE NATAL, 16 dez. 1969; Subversivo é enquadrado na Segurança Nacional; p.06.

Os títulos dos artigos precisam ser colocados no início do texto que foram citados.